



XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

FOZ DO IGUAÇU - PR

Realização:



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Poder
Judiciário



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

Apoio:



AMAPAR
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ

RELATÓRIO



XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

FOZ DO IGUAÇU - PR

RELATÓRIO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Martins

Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luis Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenadora de Imprensa

em substituição: Manoella Martins

Projeto gráfico: Eron Castro

Revisão: Carmem Menezes

2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

Introdução	7
Solenidade de abertura	8
Conferência Magna – Transparência e eficiência no Poder Judiciário	10
Solenidade de premiação do Selo Justiça em Números	14
Apresentação do Projeto Realidade Visceral	16
Panorama dos Tribunais Superiores	18
Painéis Simultâneos	20
Painel: Uso da inteligência artificial nos processos judiciais	24
Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional	26
Plenária final	30
Encerramento	32
Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019	33
Metas Específicas dos Segmentos de Justiça – 2019	37

Introdução

Nos dias 3 e 4 de dezembro de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou o **XII Encontro Nacional do Poder Judiciário**, em Foz do Iguaçu/PR.

O evento, transmitido ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube, reuniu presidentes dos tribunais para deliberação e aprovação das Metas Nacionais para o Judiciário e metas específicas dos segmentos de justiça. Ao todo, foram aprovadas oito Metas Nacionais e 13 metas específicas, a serem alcançadas em 2019.

Na ocasião, foi apresentado pelos Tribunais Superiores balanço das principais atividades realizadas em 2018 e houve a premiação dos tribunais laureados com o Selo Justiça em Números, em reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

No segundo dia do Encontro Nacional foram realizados cinco painéis temáticos simultâneos com temas relevantes ao aprimoramento do Poder Judiciário: A desburocratização no Poder Judiciário; Formação de servidores do Poder Judiciário; Mecanismos de conciliação em ações de massa; Centros de Inteligência do Poder Judiciário; e O Judiciário e o sistema prisional: análise situacional, compreensão do cenário e caminhos para seguir.

Ainda no segundo dia, foi proferido o painel Uso da inteligência artificial nos processos judiciais, pelo juiz auxiliar da Presidência do CNJ Bráulio Gusmão.

Ao final do segundo dia, ocorreram as reuniões setoriais para deliberação e votação das metas e, em seguida, o anúncio das Metas Nacionais 2019 na plenária final.

Ressalta-se que este relatório tem como objetivo expor, de forma sucinta, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

Solenidade de abertura

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Dias Toffoli, ao dar início à abertura do evento, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e das autoridades que compuseram a mesa de abertura: o presidente do Superior Tribunal Militar, ministro José Coêlho Ferreira; o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; representando o STF, ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi; representando o Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Aloysio Corrêa da Veiga; a presidente do TRT-9ª Região, Marlene Teresinha Fuverki Sugumatsu; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira; o presidente da Associação dos Juízes Federais (Ajufe), Fernando Mendes; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano; o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Geraldo Dutra de Andrade Neto; o Diretor Jurídico da Itaipu Binacional, César Ziliotto.

O ministro Dias Toffoli destacou que, pela 12ª vez, o Poder Judiciário Nacional se encontra para discutir os seus desafios, o seu aperfeiçoamento, os seus objetivos, a sua forma de atuação e o seu aprimoramento no atendimento das demandas da sociedade.

O ministro presidente mencionou que o evento tem por finalidade facilitar as discussões dos objetivos, das Metas para 2019, como também dos objetivos e dos desafios colocados para 2020, nos preparando para um Judiciário mais eficiente, transparente e responsável na prestação jurisdicional e nas demandas da sociedade.

Após a fala de abertura, o ministro Dias Toffoli concedeu a palavra aos demais integrantes da Mesa.

Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra, afirmou que o principal predicado de um magistrado é sua sensibilidade e sua humanidade. Por isso, defendeu mais humanização do trabalho jurisdicional.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Em seguida, Fernando Mendes, presidente da Ajufe, chamou atenção para a importância do evento e destacou que o CNJ foi criado para buscar o planejamento da política pública do Poder Judiciário. O magistrado comentou ser importante que o CNJ trabalhe com essa estratégia, no sentido de conferir transparência, segurança jurídica e eficiência ao Poder Judiciário, e também no sentido da valorização do magistrado.

Posteriormente, Jayme de Oliveira, presidente da AMB, ressaltou a oportunidade única e rara que o ministro tem oferecido à magistratura e afirmou que, naquele encontro, foram reunidas as principais autoridades dos tribunais e os melhores servidores nas áreas correspondentes, perfazendo oportunidade da construção pelo diálogo e pelo consenso de um Judiciário melhor.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, destacou a importância de o debate do Judiciário ser feito em união e afirmou ter percebido, em dois meses à frente da Corregedoria, o esforço dos tribunais para atenderem as metas e o comprometimento a superar as dificuldades e deficiências, para bem desempenharem sua missão e melhorar cada vez mais o Poder Judiciário brasileiro. Frisou, também, acreditar que aquele XII Encontro Nacional do Poder Judiciário seria marcado pelo compromisso e pelo entusiasmo de todos os participantes, e, assim, o CNJ avançaria na trilha da modernização do Poder Judiciário, livre de entraves burocráticos e anacrônicos, a qual consolidará o Brasil em definitivo como estado democrático de direito.



Mesa da Solenidade de Abertura do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário

O vídeo com a solenidade de abertura pode ser acessado pelo *link*: [Solenidade de abertura](#)

Conferência Magna – Transparência e eficiência no Poder Judiciário

A conferência magna Transparência e eficiência no Poder Judiciário foi proferida pelo ministro Dias Toffoli, após a solenidade de abertura do XII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Inicialmente, o ministro lembrou que, em 30 anos, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a justiça brasileira passou por profundas mudanças, o que nos traz enormes desafios e responsabilidades. O presidente do CNJ destacou que o tripé da transparência, da eficiência e da *accountability* são fundamentos válidos para administração privada e, ainda mais relevantes, na governança pública, inclusive na do Poder Judiciário.

O ministro Toffoli falou também sobre a necessidade do aprimoramento dos dados estatísticos e da melhoria na gestão da informação. Ressaltou que o CNJ vem empreendendo esforços por maior integração, sistematização e modernização do Poder Judiciário Nacional, aperfeiçoando a coleta de dados, realizando diagnósticos, estabelecendo metas e aperfeiçoando sistemas de controle.

O ministro instou aos presentes a necessidade de conscientizar os atores do Sistema de Justiça com relação à importância de se observar os registros processuais básicos, bem como os dados elementares do processo judicial que são cadastrados nos sistemas, para que o esforço do Judiciário transpareça à sociedade.

Frisou, ainda, que o grande desafio do Judiciário é a criação de uma base única de dados nacionais e um repositório de dados processuais a ser utilizado no desenvolvimento de diagnósticos precisos e confiáveis que subsidiem a criação de parâmetros de diretrizes e de políticas, de forma a garantir a celeridade processual. Salientou ainda que, ao conseguir a padronização nos sistemas, poderá criar sistemas de inteligência artificial que, automaticamente, produzirão a coleta dos dados e darão os diagnósticos iniciais de forma automatizada.

O ministro prosseguiu a conferência estimulando a cultura da pacificação social e da valorização do diálogo. Declarou também que o Judiciário se torna mais eficiente ao estimular as soluções autocompositivas e meios adequados de resolução de conflitos, instrumentos céleres e econômicos para oferecer Justiça.

Nesse sentido, informou que, recentemente, foi aprovada uma Resolução a respeito da remuneração de conciliadores e de mediadores. Essa resolução trará instrumentos extremamente importantes e relevantes para se aprimorar e elevar os números de mediação, de conciliação em todo o Judiciário nacional.

Em seguida, discorreu sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, indicando que são instrumentos que permitem aperfeiçoar a prestação jurisdicional e buscam proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

O ministro falou sobre o processo de formulação das Metas Nacionais, que acontece de forma colaborativa e participativa resultando em maior comprometimento dos envolvidos. Registrou, ainda, o fortalecimento da atuação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, no seu papel de pulverizar a informação e permitir o debate de representantes de cada tribunal.

Nessa seara, destacou que é preciso traçar metas mais desafiadoras, planejar e executar projetos e ações mais concretas e aquelas que tenham impactos mais significativos nas soluções dos conflitos e na pacificação social.

Dias Toffoli apontou o Relatório Justiça em Números como grande aliado da cidadania, mostrando ao Brasil e ao mundo o complexo funcionamento do Poder Judiciário. Além disso, o relatório contribui de forma relevante para a transparência dos tribunais, com a divulgação de estatísticas e análises de dados, uma tarefa árdua, porém essencial para se compreender a atuação do Poder Judiciário nacional.

A seguir, o presidente do CNJ apresentou as principais realizações e trabalhos em seus 82 dias de gestão, tais como: questões relativas à gestão documental, à comunicação social; à Convenção de Haia para o apostilamento de documentos. Mencionou, ainda, a instauração de procedimentos para análise, coleta de informações dos mais diversos assuntos do Poder Judiciário, entre os quais se destaca a desburocratização do Poder Judiciário.

Além desses projetos, o ministro presidente citou: o projeto de lei de execução penal; a criação de um Código Nacional de normas de serviço extrajudicial; o controle de ponto eletrônico nos tribunais; o controle de tramitação direta em inquéritos; a assinatura de termos de cooperação no que diz respeito ao sistema carcerário e às questões relativas à segurança pública com o Ministério da Justiça, o dos Direitos Humanos, o da Segurança Pública, com o Conselho Nacional do Ministério Público e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O ministro Toffoli informou sobre o início do processo de expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificada, cuja meta é nacionalizar todo o sistema até fevereiro de 2020. Citou a integração deste sistema ao Banco Nacional de Mandatos de Prisão, o BNMP.

O presidente divulgou que serão realizados o cadastramento biométrico e a emissão de documentação de todas as pessoas que estão custodiadas em nosso país. Prosseguiu informando que serão feitos convênios com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Ministério Público do Trabalho e Receita Federal para viabilizar a concessão dos documentos àqueles que realizarem a biometria.

Outro destaque foi o acordo assinado em conjunto com a rainha da Suécia e uma Organização Não Governamental, por ela apoiada, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) para aprimorar as ações existentes em relação a oitiva de crianças vítimas de violência, para que elas tenham o devido apoio e para que seu depoimento não sejam reviver o trauma da violência já sofrida.

Com respeito à Tecnologia da Informação, o ministro mencionou o objetivo de implantar o processo judicial eletrônico em todos os tribunais de forma gradativa e responsável, bem como o desenvolvimento do banco nacional de precedentes repetitivos; o escritório digital, o sistema auditor, o painel de acompanhamento orçamentário, o portal de consulta pública do BNMP 2.0; o sistema eletrônico de recursos Humanos; o Sistema de Notas Técnicas e Pareceres Técnicos de Demandas de Saúde, o e-NatJus; todos esses decorrentes da Estratégia Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Informou a reativação do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário; do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário; e do Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e Tráfico de Pessoas.

Por fim, declarou que a sociedade deposita muita esperança no Poder Judiciário e anseia por resultados. Os cidadãos urgem por prestação jurisdicional eficiente, célere, coerente e previsível.



Conferência Magna

O vídeo da solenidade de abertura e da apresentação da Conferência Magna pode ser acessado pelo *link*: [Solenidade de abertura e Conferência Magna](#)

Solenidade de premiação do Selo Justiça em Números

A mesa da cerimônia foi integrada pelo ministro Dias Toffoli e pelo conselheiro do CNJ Fernando Mattos.

O Selo Justiça em Números é concedido pelo CNJ aos tribunais que mais investem na excelência da produção, da gestão, da organização e da disseminação de suas informações administrativas e processuais.

Nessa edição do Selo, foram avaliados, entre outros requisitos, o encaminhamento adequado das informações, o nível de informatização do tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

O conselheiro Fernando Mattos relatou que o Selo Justiça em Números foi criado em 2014 com a ideia de estimular os tribunais a enviarem suas informações, para que o Poder Judiciário pudesse se conhecer, com o intuito de se criarem políticas de melhorias jurisdicionais.

Dando continuidade ao evento, os tribunais brasileiros receberam a premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze, destacando-se o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, que atingiram a mais alta classificação da premiação, o Selo Diamante. Os referidos tribunais receberam a premiação das mãos do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Imagem do Selo Diamante – Premiação do Selo Justiça em Números

O vídeo com a premiação do Selo Justiça em Números 2018 pode ser acessado pelo [link: Premiação Selo Justiça em Números](#)

Apresentação do Projeto Realidade Visceral

No XII Encontro Nacional, os participantes puderam utilizar um simulador da realidade carcerária, o qual compreendia o uso de equipamentos eletrônicos que exibiam uma cela prisional cenográfica. Desse modo, os participantes puderam experimentar a sensação de estar em um ambiente superlotado de presos e compreender a realidade das pessoas que cumprem pena nas prisões do país.

O vídeo reproduzido nos óculos eletrônicos faz parte da campanha “Encarceramento em massa não é Justiça”, que questiona a superlotação dos presídios brasileiros e a falta de acesso à Justiça, ao trabalho, à educação e à saúde dessa população. A experiência foi criada pela Rede de Justiça Criminal, um grupo composto por oito organizações não governamentais brasileiras, entre elas o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), o Instituto Sou da Paz e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC). Essa Rede tem por objetivo tornar o sistema de justiça criminal mais justo e atento aos direitos e às garantias fundamentais.



Projeto Realidade Visceral

O vídeo com a apresentação do projeto Realidade Visceral pode ser acessado pelo *link*:
[Realidade Visceral](#)

Panorama dos Tribunais Superiores

O painel do panorama dos tribunais superiores também foi presidido pelo ministro Dias Toffoli. A mesa foi composta pelo ministro José Coêlho Ferreira, presidente do STM; pelo ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, representante do STJ; e pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga, representante do TST.

O ministro do TST Aloysio Correa da Veiga explanou sobre o compromisso daquela corte com a melhoria da prestação jurisdicional e com o cumprimento das metas estabelecidas para o tribunal. O ministro mencionou o uso de ferramentas utilizadas no TST, como o gabinete eletrônico, o plenário virtual, o teletrabalho e a capacitação contínua dos servidores.

Em seguida, o ministro Marco Aurélio Buzzi apresentou resumo dos indicadores de produtividade do STJ, os quais demonstraram, por exemplo, redução da quantidade total de processos que tramitam na corte, em que o STJ conseguiu julgar um número de processos 20% maior que a quantidade de novas ações judiciais ingressadas na corte.

Com a palavra, o presidente do STM, ministro José Coelho Ferreira, ressaltou a importância de o Poder Judiciário brasileiro perseguir a transparência, o estabelecimento de critérios e a busca por eficiência. O ministro destacou também a relevância do Conselho na promoção de mudanças efetivas na Justiça brasileira e falou a respeito do esforço generalizado de magistrados e servidores do STM no cumprimento das metas, na implantação do processo eletrônico e do Escritório Digital e no aperfeiçoamento da gestão orçamentária.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Mesa do Painel Panorama dos Tribunais Superiores

O vídeo com a apresentação do painel Panorama dos Tribunais Superiores pode ser acessado pelo *link*: [Panorama dos Tribunais Superiores](#)

Painéis Simultâneos

1. A desburocratização no Poder Judiciário

Compuseram a mesa para apresentação do painel A desburocratização no Poder Judiciário o secretário especial de programas, pesquisas e gestão estratégica, Richard Pae Kim; a juíza auxiliar da Presidência Flávia Moreira Guimarães Pessoa; o diretor-geral do CNJ, Johaness Eck; e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Fabiana Andrade Gomes.

Neste painel, foi exposto um panorama sobre a Lei n.º 13.726/2018 e divulgadas as estratégias sobre a formação das redes e dos grupos setoriais de trabalho no Poder Judiciário.

Richard Pae Kim informou que esse normativo tem o propósito de simplificar e racionalizar os atos e procedimentos administrativos de todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A lei foi instituída dentro do modelo de uma administração pública que respeite a integridade e a eficiência, orientada a atender melhor o cidadão.

O secretário especial de programas acrescentou ainda que, em razão dos dispositivos inseridos na norma, deve haver intensos debates, não só dentro do espectro da administração do Judiciário, mas também nos processos judiciais e nas rotinas dos serviços extrajudiciais.

Ao final das exposições, foi aberta a palavra aos participantes para realizar questionamentos sobre o tema e também expor os casos de boas práticas realizadas nos respectivos tribunais.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Mesa da Apresentação do painel A desburocratização no Poder Judiciário

O vídeo com a apresentação do painel A desburocratização no Poder Judiciário pode ser acessado pelo [link: A desburocratização no Poder Judiciário](#)

2. Formação de servidores do Poder Judiciário

Compuseram a mesa para apresentação do painel Formação de servidores do Poder Judiciário o juiz auxiliar da Presidência Carl Smith e o chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), Diogo Albuquerque Ferreira.

No painel, foram apresentados os dados do Relatório Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, com informações sobre o número de vagas oferecidas, servidores capacitados, orçamento utilizado, além de análises históricas sobre esses temas.

Na ocasião, foram apresentados o curso Formação Inicial de Servidores do Poder Judiciário e o planejamento de cursos do CNJ para 2019.

3. Mecanismos de conciliação em ações de massa

Compuseram a mesa para apresentação do painel Mecanismos de conciliação em ações de massa a conselheira do CNJ Daldice Santana e a juíza auxiliar da Presidência Livia Cristina Marques Peres.

O painel teve como objetivo abordar a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, sob a perspectiva do plano de ação bienal do CNJ, consubstanciado no Programa Resolve.

Essa Política tem por objetivo a utilização dos métodos consensuais de solução de conflitos – principalmente a conciliação e a mediação – no Poder Judiciário e sob a fiscalização deste, e, em última análise, a mudança de mentalidade dos operadores do Direito e da própria comunidade em relação a esses métodos, com a finalidade de alcançar a pacificação social, escopo magno da jurisdição, e tornar efetivo o acesso qualificado à Justiça.

O painel abrangeu temas voltados para conciliação em ações de massa, tais como: benefícios previdenciários por incapacidade; ações consumeristas relacionadas ao segmento bancário e ao de telefonia; execução fiscal de créditos tributários, em especial, dos conselhos profissionais; programas de habitação – população de baixa renda; e ações trabalhistas – grandes litigantes.

4. Centros de Inteligência do Poder Judiciário

Compuseram a mesa para apresentação do painel Centros de inteligência do Poder Judiciário a conselheira do CNJ Maria Tereza Uille e a coordenadora do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, Vânia Moraes.

Nesse painel, foi apresentada a experiência dos Centros de Inteligência da Justiça Federal, os quais possuem projeto inovador que tem produzido resultados consistentes relacionados à prevenção do conflito, ao monitoramento de demandas e à gestão de precedentes, bem como os laboratórios de inovação, espaços institucionais aptos a reconstruir o conhecimento científico e os fluxos de trabalho.

5. O Judiciário e o sistema prisional: análise situacional, compreensão do cenário e caminhos para seguir

Compuseram a mesa para apresentação do painel O Judiciário e o sistema prisional o conselheiro do CNJ Márcio Schiefler e o juiz auxiliar da Presidência Luís Geraldo Santana Lanfredi. No painel, foram abordados os seguintes temas: contexto de adversidades estruturais do sistema prisional brasileiro; compreensão do “estado de coisas inconstitucional” e da jurisprudência corretiva do STF – significados e lições a extrair; Poder Judiciário e sistema prisional na perspectiva do CNJ – quais compromissos e responsabilidades assumir; saídas e alternativas: o que é possível fazer e o que está ao alcance do Poder Judiciário executar; valorização da magistratura e do juiz por meio da jurisdição especializada de execução penal; e caminhos e percursos da gestão Dias Toffoli, 2018-2020.

Painel: Uso da inteligência artificial nos processos judiciais

Compuseram a mesa para apresentação do painel Uso da inteligência artificial nos processos judiciais o conselheiro do CNJ Márcio Schiefler Fontes e o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Bráulio Gusmão.

Ao fazer a abertura do painel, o conselheiro Márcio Schiefler, presidente da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ, ressaltou a importância de o Poder Judiciário buscar o acesso aos dados e às informações dos tribunais. Assim, anunciou a criação de um grupo de trabalho para que, em cooperação com as cortes, busquem-se soluções de ponta nessa área.

Posteriormente, o juiz auxiliar da Presidência Bráulio Gusmão destacou os benefícios da utilização da inteligência artificial, como a automação e a maior velocidade no andamento processual. O magistrado frisou a importância de o Poder Judiciário cuidar melhor dos seus dados e apresentou exemplos de ferramentas já desenvolvidas pelas cortes.



*Mesa da Apresentação do painel **Uso da inteligência artificial nos processos judiciais***

O vídeo com a apresentação do painel **Uso da inteligência artificial nos processos judiciais** pode ser acessado pelo *link*: [Uso da inteligência artificial nos processos judiciais](#)

Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 4 de dezembro com o objetivo de deliberar, votar e aprovar as Metas Nacionais e específicas de cada segmento de justiça para o ano de 2019.

Participaram das reuniões presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Os trabalhos das reuniões setoriais foram conduzidos pelos conselheiros do CNJ, com o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do Conselho.

As deliberações e as votações foram exclusivas para os presidentes ou representantes designados para definir as Metas Nacionais e específicas para 2019. Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

STJ

Coordenação: conselheiro Henrique de Almeida Ávila

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)



Coordenação: conselheiros Aloysio Corrêa da Veiga, Valtércio de Oliveira e Francisco Luciano Frota

Grupo Justiça Federal (CJF e TRFs)



Coordenação: conselheiros Daldice Maria Santana de Almeida e Fernando César Baptista de Mattos

Grupo Justiça Estadual (TJs)



Coordenação: conselheiros Márcio Schiefler Fontes e Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior

Grupo Justiça Eleitoral (TREs)



Coordenação: conselheiros André Godinho e Maria Cristiana Ziouva

Grupo Justiça Militar (Justiça Militar da União e Militar Estadual)



Coordenação: conselheiro Valdetário Andrade Monteiro

Plenária final

Sucessivamente às reuniões setoriais, iniciou-se a plenária final. Compuseram a mesa de encerramento: o ministro Dias Toffoli, o ministro Humberto Martins, o conselheiro Fernando Mattos, o conselheiro Márcio Schiefler, o conselheiro Valtércio Andrade Monteiro, o conselheiro Henrique Ávila, a conselheira Maria Tereza Uille e o conselheiro André Godinho.

Inicialmente, o conselheiro Fernando Mattos, presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, agradeceu o trabalho de todos durante o evento e enfatizou que o processo de definição das Metas Nacionais é construído democraticamente no decorrer do ano, com base no diálogo, em que há a preocupação do CNJ com que os magistrados, os servidores e a sociedade participem efetivamente da sua construção.

Em seguida, foram anunciadas as Metas Nacionais do Poder Judiciário aprovadas pelos segmentos de justiça para o ano de 2019.

XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO



Mesa da Plenária Final

O vídeo com a apresentação da plenária final e o anúncio das Metas Nacionais 2019 pode ser acessado pelo [link: Plenária Final](#)

Encerramento

Logo após a aprovação das metas, o ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ e do STF, agradeceu a presença dos presidentes de tribunais no Encontro e o apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região na organização do evento.

O presidente do CNJ afirmou que o encontro transcorreu de maneira objetiva, direta e transparente e foram debatidos as necessidades, os objetivos e as metas do Poder Judiciário, com o intuito de aprimorá-lo cada vez mais. O ministro relatou a importância de o Poder Judiciário se mostrar unido e avaliou que não existe estado democrático de direito sem o Poder Judiciário autônomo, independente e fortalecido.

O ministro declarou também que a nação brasileira necessita que a Justiça seja previsível, traga segurança jurídica e acabe com as incertezas. Dessa forma, o CNJ e o STF trabalharão juntos com a finalidade de trazer uma jurisprudência que seja mais atenta às consequências das decisões tomadas no âmbito dos tribunais.

Por fim, o ministro Dias Toffoli destacou que as metas aprovadas para o ano de 2019 são desafiadoras e trarão direcionamento aos tribunais na formação de agendas e definição dos objetivos. O ministro declarou que o processo de definição de metas foi realizado de modo transparente, demonstrando para a sociedade que o Judiciário está ciente e conectado com os seus anseios.



Metas Nacionais do Poder Judiciário 2019

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)

- » **Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça do Trabalho:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.
- » **Justiça Estadual:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
- » **Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados.

META 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2019:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 95% dos distribuídos em 2015.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.
- » **Na Justiça Militar da União:** pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nas Auditorias e 98% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no STM.
- » **Na Justiça Eleitoral:** 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.
- » **Na Justiça Estadual:** pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
- » **Na Justiça Federal:** no 1º e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 85% dos processos distribuídos em 2015; nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.
- » **Na Justiça do Trabalho:** pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º e 2º grau.

- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nas Auditorias e pelo menos 98% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 2º grau.

META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual)

- » **Justiça Federal:** Fomentar o alcance percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.
- » **Justiça do Trabalho:** Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.
- » **Justiça Estadual:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2019:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016 e 85% das ações distribuídas em 2017.
- » **Na Justiça Militar da União:** pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei n. 13.491/2017 distribuídas até 31/12/2017 no STM e 90% das distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.
- » **Na Justiça Estadual:** 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.
- » **Na Justiça Federal:** Faixa 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016; Faixa 2: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.
- » **Na Justiça Eleitoral:** 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo.



XII ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** pelo menos 93% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei n. 13.491/2017, distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2018.

META 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Na Justiça Federal:** Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.
- » **Na Justiça do Trabalho:** Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar até 31/12/2019:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 80% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** as ações coletivas distribuídas até 31/12/2016.
- » **Na Justiça Estadual:** 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau.
- » **Na Justiça Federal:** Faixa 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º grau. Faixa 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º grau. Faixa 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º grau;
- » **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho:** 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.

META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, TST, Justiça do Trabalho)

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos de temas afetados a partir de 18/03/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil); e Julgar, até 31/12/2019, 80% do estoque dos temas afetados até 18/03/2016 (publicação do Novo Código de Processo Civil).
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** Identificar e reduzir em 3,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

- » **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho:** Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

META 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

- » **Justiça Estadual:** Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.



Metas Específicas dos Segmentos de Justiça – 2019

Tribunal Superior do Trabalho

- » **Redução do Tempo Médio de Duração do Processo no TST:** Reduzir para 374 dias o tempo médio de tramitação entre o andamento inicial e a baixa do processo.
- » **Elevar a satisfação dos clientes com os serviços prestados pelo TST:** Alcançar 69% a satisfação dos clientes com os serviços prestados pelo TST por meio de aplicação de Pesquisa de Satisfação.

JUSTIÇA DO TRABALHO (TRIBUNAIS REGIONAIS E JUÍZES DO TRABALHO)

- » **Tempo médio de duração do processo – 2ª instância**
Reduzir o tempo médio, em relação ao ano base 2017 em:
 - » 2% – para aqueles TRTs que contabilizaram o tempo médio de até 100 dias;
 - » 4% – para aqueles TRTs que contabilizaram o tempo médio de 101 a 150 dias;
 - » 9% – para aqueles TRTs que contabilizaram o tempo médio acima de 150 dias.
- » **Tempo médio de duração do processo – 1ª instância – fase de conhecimento**
Reduzir o tempo médio, em relação ao ano base 2017 em:
 - » 2% – para aqueles TRTs que contabilizaram o tempo médio de até 200 dias;
 - » 4% – para aqueles TRTs que contabilizaram o tempo médio acima de 200 dias.

JUSTIÇA ESTADUAL

- » **Implantar processo eletrônico em unidades com competência criminal:** Implantar processo eletrônico em 10% das Unidades com Competência Criminal condicionada à disponibilização do módulo criminal do PJE até fevereiro de 2019.

JUSTIÇA ELEITORAL

- » **Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE):** Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral

- » **Ações para educação eleitoral:** Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

JUSTIÇA FEDERAL

» Criminal A

- » Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.
- » Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

» Criminal B

- » Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2016.

» Sustentabilidade

- » Cumprir 100% das metas do Plano de Logística Sustentável.

JUSTIÇA MILITAR

» Celeridade

- » JMU: Julgar, em até 120 dias, 90% dos processos originários e em grau de recurso no STM; e, em até 150 dias, 90% dos processos originários no 1º grau, na Justiça Militar da União;
- » JME: Julgar, em até 150 dias, 90% no 1º grau e, em até 120 dias, 95% no 2º grau, dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial, na Justiça Militar Estadual.

» Divulgação da Justiça Militar

- » JMU: Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2019, sendo, no mínimo, na Justiça Militar da União, três ações no Superior Tribunal Militar e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 por CJM em que houver.
- » JME: Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2019, sendo, no mínimo, cinco ações em cada Justiça Militar Estadual.

» Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes de abuso de autoridade

- » JMU: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 90% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2018, na Justiça Militar da União.
- » JME: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 95% das ações penais relacionadas aos crimes de abuso de autoridade, distribuídas até 31/12/2018, nos 1º e 2º grau, na Justiça Militar Estadual.

CNU
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Realização:



Poder
Judiciário



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

ITAIPU
BINACIONAL

Apoio:



AMAPAR
Associação dos Magistrados do PARANÁ